

que a Revogação não procede e viola direito tanto da empresa Frango Mais MC LTDA, como, também, está violando a principal razão da existência do Processo Licitatório, que é atribuir aos participantes equidade na condução do certame através de critérios objetivos, conforme se passa a fundamentar.

## **FUNDAMENTOS**

### **INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE COMPROVADO**

Trata-se este recurso demonstrar a Vossas Excelências que as razões elevadas para revogar o certame não estão comprovadas nos autos deste processo licitatório, principalmente porque o preço sugerido pela recorrente é compatível com o de mercado (já comprovado pela Comissão especial de Avaliação da Proposta) e, principalmente, sem perder a qualidade do produto (prato feito).

Isso porque a recorrente cumpriu com todas as exigências Editalícias, especialmente a demonstração da Capacidade Técnica (item 10.6.5.1 do Edital) e, frisa-se, que a Comissão Especial, ao realizar visita *in loco* na sede da recorrente, não observou qualquer razão que impedisse a contratação.

A par disso, mister delinear que a Frango Mais MC LTDA sempre cumpriu todos os deveres e obrigações no que tange à área social, governamental, financeira e, além disso, possui em seu quadro de funcionários diversos profissionais capacitados continuamente, tanto no que diz respeito ao valor nutricional e qualidade dos nossos produtos, quanto no atendimento interpessoal – ademais, encontram-se acostados nos autos a relação dos profissionais que utilizariam o espaço da lanchonete e do restaurante na UFVJM, notadamente ao profissional Nutricionista.

Em assim sendo, a Frango Mais MC LTDA entende que o fato superveniente invocado no ato da revogação não se encontra comprovado, o que pode ensejar, inclusive, revisão do ato administrativo e, eventualmente, por via Jurisdicional, conforme preceitos abaixo:

A licitação pode ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado (Acórdão TCU nº. 955/2011, Plenário, Relator Min. Raimundo Carreiro).

Compete privativamente à autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório revogar o certame por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou anulá-lo, quando eivado de vício, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado (Acórdão nº. 1.460/2006. Plenário do TCU. Relator Min. Ubiratan Aguiar).

Segundo Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª Edição. 2012. Página 773):